



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.<sup>mo</sup> Senhor  
Chefe do Gabinete de  
Sua Excelência o Secretário de  
Estado dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

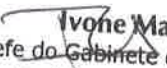
SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Of. n.º 2627 Ent. 5693	20.07.2017	P.º 2419/2015 N.º <b>1499</b>	- 7 AGO. 2017

**ASSUNTO:** Pergunta n.º 4791/XIII/2.ª de 20 de julho de 2017, do Grupo Parlamentar PAN - Pessoas-Animais-Natureza (Deputado André Silva) - Direito à tradução e interpretação em Processo Penal.

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.ª a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

  
Ivone Matoso  
Chefe do Gabinete da Ministra da  
Justiça em substituição  
Elisabete Matos

EB/MJP



NOTA

**Assunto: Resposta à pergunta n.º 4791/XIII/2.ª de 20 de julho de 2017, do Grupo Parlamentar PAN - Pessoas-Animais-Natureza (Deputado André Silva) - Direito à tradução e interpretação em Processo Penal.**

O Senhor Deputado André Silva colocou à Senhora Ministra da Justiça a seguinte questão:

*«1. Para quando se prevê que se encontrem terminados todos os procedimentos tendentes à criação de lista oficial de tradutores e intérpretes devidamente habilitados aos quais os tribunais possam recorrer sempre que necessário, na sequência do estabelecimento do respetivo estatuto jurídico?»*

Integra o quadro das Medidas Estratégicas para o Ministério da Justiça, relativo ao biénio 2017-2018, a apresentação do regime jurídico do tradutor e intérprete ajuramentado (estatuto profissional), bem como criação de uma lista oficial de tradutores e intérpretes para intervenção nos processos judiciais.

Tais medidas concorrem para a concretização da transposição material da Diretiva 2010/64/EU e, visando dar resposta a uma necessidade sentida no seio da justiça, contemplarão não apenas os profissionais que atuam na área penal, mas também aqueles que se focam na área civil.

Gabinete da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, 3 de agosto de 2017